

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.706.882 - RJ (2017/0283037-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : ISA TORRES CARRILHO**  
**ADVOGADO : PEDRO GARCIA MASSENA E OUTRO(S) - RJ113713**

## **EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA NA ORIGEM. ART. 128 DO CPC/1973. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. OCORRÊNCIA. ARTS. 5º DA LEI N. 9.717/1998 E 217 DA LEI N. 8.112/1990. INEXISTÊNCIA DE DERROGAÇÃO DAS CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O julgamento *extra petita* é evidente, pois é incontroverso que o ato que invalidou a concessão da pensão por morte – objeto da lide – foi baseado estritamente em questão de direito, sem nenhum fundamento fático relativo à ausência de preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício estatutário.

2. Nesse contexto, na origem, não cabia à impetrante (ora recorrida), instruir os autos do mandado de segurança com documentos que comprovassem o preenchimento dos requisitos legais para o restabelecimento do benefício, pelo singelo motivo de que o ato administrativo objeto do *writ* não anulou o ato concessório da pensão com base em circunstâncias fáticas.

3. A anulação da pensão por morte decorreu tão somente do entendimento do Tribunal de Contas da União, segundo qual o art. 5º da Lei n. 9.717/1998 teria derogado o referido benefício previdenciário.

4. Desse modo, o acórdão recorrido incorreu em violação do art. 128 do CPC/1973 ao dar provimento à apelação para denegar a segurança com base na ausência de prova pré-constituída de questão fática que não era objeto da demanda. Precedentes.

5. A orientação firmada na jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal é de que o art. 5º da Lei n. 9.717/1998 não teve o condão de derogar categorias de beneficiários de pensão por morte do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais. Precedentes.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

